



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – IES NO BRASIL

Daniela Tamara Fernández²⁹⁰

RESUMO

O presente trabalho se propõe realizar uma análise das Instituições de Educação Superior – IES brasileiras, nos processos de Cooperação Internacional, especificamente no século XXI. Neste sentido, na Cooperação Internacional, o processo de Internacionalização da Educação Superior é um fator importante, que esteve marcado pela globalização e mercantilização do conhecimento. Isto se deveu à intensificação da influência de organismos internacionais, na determinação dos delineamentos e diretrizes da educação de maneira estrutural e dentro dos Estados, principalmente a partir da década de 1990, estando acompanhada da expansão de IES na América Latina, sobretudo de cunho privado no Brasil.

Palavras-chaves: Cooperação Internacional; Internacionalização da Educação; Globalização

Cooperação Internacional na Educação Superior

Na educação, os convênios de cooperação podem se compreender como o “(...) desenvolvimento de políticas de cooperação nacional e internacional através de convênios de cooperação e associação à redes de pesquisa, intercâmbio acadêmico, etc” (LAMARRA, 2006: 32), e é uma das dimensões através da qual se analisam os processos de avaliação interna/externa das instituições de educação superior. Portanto, esse processo de cooperação com instituições nacionais, como internacionais, se torna uma necessidade dentro do sistema de avaliação e acreditação institucional.

A UNESCO, em 1998 realizou uma Conferência Mundial sobre Educação Superior em Paris, que teve como foco o delineamento das ações e visões para o século XXI. Nessa oportunidade, se registrou na declaração realizada a partir da conferência, que o intercâmbio de conhecimento, cooperação internacional e as novas tecnologias eram uma via para que os países do sul global pudessem reduzir as desigualdades em relação aos países desenvolvidos, devido a que a educação superior é compreendida como um caminho para transformar e induzir mudanças e progressos na sociedade. Na declaração da UNESCO de 1998, a perspectiva de cooperação internacional, tendo como base o princípio da solidariedade na projeção da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, devem orientar as relações entre as nações e as instituições de educação superior. Desta maneira

- a) O princípio de solidariedade e de uma autêntica parceria entre instituições de educação superior em todo o mundo é crucial para que a educação e a formação em todos os âmbitos motivem uma compreensão melhor de questões globais e do papel de uma direção democrática e de recursos humanos qualificados para a solução de tais

²⁹⁰Mestranda em Educação Brasileira – Universidade Federal do Ceará. danielatamarafernandez@gmail.com



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

- questões, além da necessidade de se conviver com culturas e valores diferentes. O domínio de múltiplos idiomas, os programas de intercâmbio de docentes e estudantes, e o estabelecimento de vínculos institucionais para promover a cooperação intelectual e científica devem ser parte integrante de todos os sistemas de educação superior.
- b) Os princípios de cooperação internacional com base na solidariedade, no reconhecimento e apoio mútuo, na autêntica parceria que resulte, de modo equitativo, em benefício mútuo, e a importância de compartilhar conhecimentos teóricos e práticos em nível internacional devem guiar as relações entre instituições de educação superior em países desenvolvidos, em países em desenvolvimento, e devem beneficiar particularmente os países menos desenvolvidos.
 - c) Os esquemas de cooperação internacional devem basear-se em relações de colaboração de longo prazo entre estabelecimentos do Sul e do Norte, além de promover a cooperação Sul-Sul. Deve ser dada prioridade a programas de formação nos países em desenvolvimento, em centros de excelência organizados em redes regionais e internacionais, acompanhados de cursos de curto prazo no exterior, especializados e intensivos (UNESCO, 1998)

Outro aspecto apontado pela Unesco (1998), foi a necessidade de uma cooperação Norte-Sul, para obter financiamento, que possibilite fortalecer a educação superior nos países desenvolvidos. Os investimentos na educação superior e nas pesquisas universitárias são consideradas fundamentais para os países em desenvolvimento, e neste contexto surgem dois cenários: por um lado a perspectiva de competitividade individual e mercantil, que se caracterizaria pelo incentivo à competitividade individualizada das instituições e dos acadêmicos; e por outro, se reforçaria o cenário solidário no qual a educação superior é considerado um bem público, conforme as orientações da Unesco, onde se procura uma maior cooperação horizontal entre instituições, criando redes e espaços de colaboração, sem perder as identidades institucionais. (LÓPEZ SEGRERA, 2010: 173)

O autor Santos (2011), desde uma perspectiva crítica, compreende que esta perspectiva de cooperação entre os países desenvolvidos e países do Sul Global, aumentará a relação de dependência entre os mesmos, pelo que considera inútil realizar uma associação dependente com os países centrais, na conjuntura da globalização atual. Outro dilema é a ingerência de organizações internacionais e supranacionais, principalmente na segunda metade do século XX, que significou uma

(...) imposição de modelos e reformas educativas que obedeceram a exigências de caráter desenvolvimentista, e ignoram/ ou atropelam especificidades dos seus processos de formação histórica e cultural. Mais do que modelos de análise, as práticas oriundas dessa perspectiva de “educação comparada”, concebida nos escritórios técnicos das organizações que traçam tais políticas, mostram que os parâmetros em que baseiam essa intervenção continuam a ser uma poderosa camisa de força que cria obstáculos reais, tanto para a compreensão sociológica e histórica, quanto para o alcance da eficiência de tais políticas. (CAVALCANTE, 2008, 63-64)

No caso do Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma das principais agências governamentais de incentivo à pesquisa e fomenta a cooperação internacional. A CAPES compreende a cooperação internacional como o desenvolvimento de “(...) atividades da pós-



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

graduação brasileira no contexto mundial. A Cooperação Internacional da CAPES busca apoiar os grupos de pesquisa brasileiros por meio do intercâmbio internacional, buscando a excelência da nossa pós-graduação” (CAPES, 2008). Desta maneira, a cooperação internacional executada pela CAPES, pode ser através de acordos bilaterais, onde se destacam: projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros, intercâmbio de professores e de alunos para missões de trabalho, e pesquisas ligadas a pós-graduação; e também pode ser através de parcerias universitárias binacionais, que teve sua gênese em 2001, direcionado ao intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação assim como de professores, buscando aproximação das estruturas curriculares entre as instituições e cursos que participam desta iniciativa. (CAPES, 2008). A proposta de cooperação internacional da Capes, se executa principalmente através do intercâmbio com países desenvolvidos, “(...) embora já seja identificada uma tendência de fortificação, por parte do governo, de fomento ao intercâmbio Sul-Sul (países emergentes) (...)” (MOROSINI, 2006: 106).

A partir do século XXI, a cooperação Sul-Sul se encontrou promovida através do desenvolvimento e apoio aos seguintes programas de educação e pesquisa de cooperação multilateral: Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação Científica e Tecnológica (Prosul); Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (Proáfrica); Programa de Apoio à Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (Ibas); e o Programa de Ciências Sociais (CPLP); Colaboração Interamericana em Materiais (Ciam). Brasil participa também do Mercosul Educacional, criado em 1991, a partir do bloco inicialmente comercial, Mercado Comum do Sul, e através desse programa foram criadas redes de pesquisa em diversas áreas. (MOROSINI, 2008: 296).

Podem se identificar quatro formas em que pode acontecer a cooperação internacional brasileira na educação superior: a principal são os acordos bilaterais que fomentam projetos de pesquisas entre instituições brasileiras e estrangeiras, a segunda são as Parcerias Universitárias Binacionais que teve seu início em 2001 e trata sobre o reconhecimento dos créditos realizados no exterior, também se destaca o apoio ao Professor Visitante Estrangeiro (PVE), e a quarta forma de cooperação internacional é através de concessão de bolsas de mestrado e doutorado através do Programa de Estudantes – Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). (MOROSINI, 2006: 106-107)

Impactos da Globalização e Mercantilização do conhecimento

A educação superior brasileira, no período da globalização do capital, tem intensificado as influências de organismos internacionais²⁹¹ e das políticas neoliberais, a partir das orientações evocadas nos documentos resultantes do Consenso de Washington em 1989 (COSTA DE PAULA, 2011). Desta maneira, “(...) a avalanche neoliberal na economia, na reforma do Estado e na concepção do conhecimento e do ensino superior como bem privado, quase-mercadoria, serviço educacional regulamentável no âmbito da

²⁹¹Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial de Comércio, entre outros. (COSTA DE PAULA, 2011)



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Organização Mundial do Comércio- OMC” (SGUISSARDI, 2006: 84) condicionaram a década dos 90 e começo do século XXI.

O impacto da globalização e as políticas neoliberais propiciaram que o mercado se torne o princípio regulador da educação superior (SOBRINHO, 2011), deixando de ser vista como um dever do Estado e um direito do cidadão. Assim, a educação superior foi concebida como uma mercadoria ou serviço, perdendo seu caráter eminentemente público, e originando um “(...) vazio do Estado e no financiamento das instituições públicas de educação superior, provocando (...) a proliferação indiscriminada de instituições privadas” (COSTA DE PAULA, 2011: 39).

O processo de mercantilização do conhecimento, pode se evidenciar nas informações obtidas no Censo de 2013 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP²⁹², no qual, das 2.391 instituições de educação superior do Brasil²⁹³, apenas 12,58% são públicas. Isto demonstra um crescimento gradual e progressivo das instituições de educação superior, principalmente privadas no Brasil, devido a que este índice tem aumentado paulatinamente como pode se visualizar na Tabela 1, onde no ano 2003, as instituições públicas correspondiam ao 11,13%.

Tabela 1. Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – Brasil – 2003-2013. INEP/MEC.

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2003	1,859	79	84	3	78	86	1,490	39	-
2004	2,013	83	86	3	104	104	1,599	34	-
2005	2,165	90	86	3	111	105	1,737	33	-
2006	2,270	92	86	4	115	119	1,821	33	-
2007	2,281	96	87	4	116	116	1,829	33	-
2008	2,252	97	86	5	119	100	1,811	34	-
2009	2,314	100	86	7	120	103	1,863	35	-
2010	2,378	101	89	7	119	133	1,892	37	-
2011	2,365	102	88	7	124	135	1,869	40	-
2012	2,416	108	85	10	129	146	1,898	40	-
2013	2,391	111	84	10	130	140	1,876	40	-

Fonte: Censo 2013 Mec/Inep. Tabela elaborada pelo Inep/Deed (2014)²⁹⁴.

O crescimento das instituições de educação superior constatam que a “(...) globalização é dominada pela intensidade do conhecimento e pela competitividade internacional” (BERNHEIM, CHAUI, 2008: 25).

²⁹²Para mais informações, consultar o site oficial da instituição (www.inep.gov.br)

²⁹³Instituições de educação superior no Brasil: universidades, centros universitários, Institutos Federais -IF e Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET

²⁹⁴Disponível em: http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crecem-3-8 . Acesso 18 junho 2016.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Desta maneira, o papel do conhecimento e das instituições de educação concentram um papel central no contexto da globalização. As universidades, assim como os seus centros de pesquisa, devem ter um compromisso com a realidade, e também a responsabilidade de compreender a inserção desigual no contexto internacional globalizado, desde uma perspectiva crítica, contribuindo para assegurar um “(...) ingresso favorável no contexto internacional e influenciar a promoção de uma forma de globalização capaz de superar o paradigma neoliberal predominante” (BERNHEIM, CHAUÍ, 2008: 26-27)

Na contextualização apresentada, as características da educação

(...) estão intimamente imbricadas com o processo de globalização e com as determinações oriundas de organismos internacionais multilaterais. O Estado avaliativo adquire a conotação de avaliação em todos os aspectos da realidade educacional e em todos os níveis do sistema. Entretanto, é no sistema de ensino superior que se verifica o maior impacto. Isto porque a globalização considera como um dos principais valores o conhecimento e, neste, o advindo de patamares superiores, onde a busca de educação e certificação continuada se faz presente. A universidade adquire um valor máximo e a concepção de liberdade acadêmica, símbolo da intocabilidade do ensino superior, passa a sofrer impacto. (MOROSINI, 2006: 112)

A globalização apresentou transformações estruturais, por um lado a concepção de aldeia global, onde o mundo se aproximaria por meio das redes de conexão, e a outra transformação foi o crescimento da desigualdade e fragmentação social, através do qual se intensificaram as assimetrias nacionais e sociais, “(...) concentrando a riqueza em setores muito reduzidos e conduzindo a miséria a segmentos cada vez menos estendidos da população” (LÓPEZ SEGRERA, 2010:129). O aumento da produção da riqueza, associado à distribuição desigual entre nações, assim como dentro delas, é considerado um dos paradoxos do século XX, e que se perpetua no século XXI (BERNHEIM, CHAUÍ, 2008).

Pode se identificar que, embora a proposta da globalização neoliberal, não é realmente global, devido a que é fragmentada, apresentado como consequência, a acumulação de vantagens “(...) em um setor cada vez menor da população dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, estendendo as desvantagens por setores mais amplos” (BERNHEIM, CHAUÍ, 2008: 24). Conforme o relatório da ONG britânica, chamada Oxfam, publicado no dia 18 de janeiro de 2016, se registra que a desigualdade na centralização da riqueza mundial é gradual e progressiva, prevendo que no ano 2016, 1% da população mundial concentrará mais da metade da riqueza mundial.

Assim, o sistema sobre o qual trabalha a globalização atual, se configura como um obstáculo para a vontade de desengajamento dos países do sul global, embora não impeça que os países a partir de suas características próprias criem modelos alternativos e associações de caráter horizontal com os outros países, transcendendo as relações meramente comerciais (SANTOS, 2011). Portanto, “(...) os Estados precisam agora de novas abordagens e políticas claras para fortalecer sua capacidade de negociação e melhorar sua inserção na economia internacional” (BERNHEIM, CHAUÍ, 2008: 25)

Desta maneira, se procuram novos rumos, e na conjuntura internacional um possível caminho é uma globalização constituída de baixo para cima, na qual a classificação entre potências não seja mais uma meta, e prevaleçam as preocupações de ordem social, cultural e moral. (SANTOS, 2011 :75). Assim, neste



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

panorama político, os países do sul global projetaram na Cooperação Sul-Sul, uma via alternativa para superar a posição periférica no sistema mundial.

Internacionalização da Educação Superior

Na conjuntura da globalização, a “(...) OMC tem planteado incluir o ensino superior como um bem, de importação e exportação regulado por suas normas, conforme as políticas do Acordo Geral sobre o Comercio de Serviço (GATS).” (LÓPEZ SEGRERA, 2010: 135). Os países desenvolvidos, que se beneficiariam destas políticas, têm apoiado esta iniciativa, e frente à proposta de comercialização da educação como uma mercadoria, a UNESCO tem defendido a modalidade de internacionalização que tenha como objetivo “internacionalizar o bem comum” (non profitinternationalisation), sem um fim exclusivamente comercial e lucrativo (for profitinternationalisation) (LÓPEZ SEGRERA, 2010).

A vocação da projeção internacional da educação, pode se identificar desde as primeiras universidades de Europa, durante o período colonial, no qual “(...) as potências coloniais transferiram aos territórios de Ásia, África e América seus métodos pedagógicos, seus planes de estudos e incluso em muitos casos sua língua” (LÓPEZ SEGRERA, 2010: 136). No século XX, a internacionalização teve um novo impulso com o desenvolvimento da cooperação internacional, e no final do século, especificamente na década de 90, a internacionalização se fortificou no panorama mundial com a adoção das medidas neoliberais. Desta maneira, pode se compreender que a universidade, sempre esteve relacionada a uma perspectiva internacional, desde a perspectiva tradicional, que compreende a circulação de ideais pedagógicas e exportação de modelos educativos, até a cooperação internacional e o intercâmbio de alunos e professores, e mais recentemente o novo modelo de internacionalização, no qual “(...) a IES assume como política a internacionalização, planejando-a e executando-a sistematicamente em todos os departamentos da organização” (MOROSINI, 2006: 96)

A internacionalização da educação superior (Ides) é baseada nas relações entre nações e suas instituições, e pode se definir como “(...) qualquer esforço sistemático que tenha como objetivo tornar a educação superior mais respondente às exigências e desafios relacionados à globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho.” (MOROSINI, 2006: 96). Portanto, a internacionalização na educação é um “(...) processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades” (MOROSINI, 2006: 115), que se distingue do conceito de transnacionalização da educação que, via de regra, se encontra diretamente associado aos processos de mercadorização (*commodification*) da educação superior (AZEVEDO, 2015).

Segundo a autora Morosini (2006) a internacionalização da educação se estabelece no Brasil principalmente na pós-graduação, através da formação total ou parcial no exterior. Esta formação se encontra condicionada, de acordo com as regiões de origem dos bolsistas que tendem a ser maioritariamente do Sudeste, quanto ao destino dos bolsistas, que se encontra concentrado em EEUU e países de Europa. A formação internacional se encontra condicionada também, em relação às áreas de concentração dos bolsistas



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

que tem uma predominância das engenharias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, ciências exatas e da terra, e finalmente se encontra concentrada na modalidade de doutorado sanduíche e pleno, estágio pós-doutoral e graduação sanduíche. Por tanto, a autora concebe este modelo de Ides, como modelo de internacionalização periférica, no qual a “(...) graduação apresenta um baixo nível de internacionalização, isso porque, por sua natureza de produção de conhecimento, a universidade teve como norma a internacionalização da função pesquisa, que está alocada na pós-graduação e, raríssimas vezes, na graduação” (MOROSINI, 2006: 108). Também na área da pós-graduação, a formação internacional tem se realizado a partir de uma perspectiva de educação virtual, através de dois caminhos, sendo um deles quando a universidade segue os procedimentos para a autorização como universidade local ou também quando se associam a uma universidade local. (FERNÁNDEZ LAMARRA, 2006)

O processo de Ides no Brasil está diretamente relacionado à pós-graduação especificamente na área de pesquisa, devido a que

(...) a internacionalização da educação é mais ágil e mais rápida na função acadêmica de pesquisa. Isso porque a função investigativa tem uma autonomia ligada ao pesquisador e este busca relações internacionais para o desenvolvimento do conhecimento. Já a função ensino, principalmente graduação, é controlada pelo Estado e, no caso brasileiro fortemente, desde o processo de (re) credenciamento de uma IES, autorização e reconhecimento de cursos superiores, adequação as diretrizes curriculares dos cursos, implantação e execução do processo de avaliação institucional e o reconhecimento de títulos e diplomas realizados no exterior. O formalismo e a dependência às políticas estatais dificultam a autonomia da função ensino no contexto da internacionalização da educação superior (MOROSINI, 2008: 302)

O processo de internacionalização da educação superior na pesquisa, pode se constatar com as estatísticas da produção científica dos pesquisadores doutores, que teve um aumento de 60% entre 2000-2003, em comparação aos três anos que antecederam, período de 1997-2000. Cabe destacar, que a produção de circulação nacional teve um aumento maior, passando de 16.884 entre 1997-2000, a 41.393 publicações entre 2000-2003. Isto foi possível também, ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação, e aos fomentos de cooperação internacional, apoiados principalmente pelas duas agências governamentais de incentivo à pesquisa: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), junto a algumas fundações estaduais de pesquisa. (MOROSINI, 2008)

4. Considerações finais

O presente trabalho realizou uma análise do papel da Educação Superior no contexto de Cooperação Internacional, trazendo ao debate a concepção da UNESCO, através da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação de 1998, que compreendia a Educação Superior capaz de realizar mudanças e traçar progresso nos Estados, reduzindo as desigualdades entre os países do Sul Global e os países desenvolvidos.

Desde uma perspectiva crítica, Santos (2011) realiza uma consideração sobre a concepção de cooperação internacional dependente, onde deve se considerar além das relações de poder desigual entre os



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Estados, a ingerência das organizações internacionais e supranacionais principalmente a partir da década de 1990. A educação superior, no período da globalização do capital, foi concebida como um bem privado, sendo o mercado o seu princípio regulador. Isto ocasionou um vazio do Estado, na intervenção na educação, e um incremento de IES na América Latina, principalmente de cunho privado.

No caso do Brasil, a cooperação internacional na educação superior pode se realizar sob quatro formas: acordos bilaterais para pesquisa acadêmica, Parcerias Universitárias Bilaterais com o reconhecimento dos créditos realizados no exterior, apoio ao Professor Visitante Estrangeiro (PVE), e o Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) que consiste em acordos de cooperação internacional, especialmente com os países da América Latina e os de língua portuguesa da África. A cooperação internacional na Educação Superior no Brasil, é compreendido pela CAPES, principalmente através das atividades de pós-graduação e pesquisa acadêmica.

No século XXI, com o processo de expansão de IES brasileiras, tanto pública quanto privada, começou se implementar o novo modelo de internacionalização que consiste em assumir como política a internacionalização, planejando-a e executando-a em todas as instancias e departamentos das instituições. Esse novo modelo de internacionalização pode se identificar no Brasil, através da implantação de duas universidades que tem na sua gênese o caráter internacional que transcende todos os departamentos e setores das instituições, tanto na graduação, como na pós-graduação, que são a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e a Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB. Embora as duas instituições sejam de caráter internacional, enfrentam desafios próprios pelo seu caráter inovador, sua diversidade cultural e de nacionalidades, e ainda assim, se reger pelas leis brasileiras.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. *Crítica Educativa*, Sorocaba. Vol.1, n.1, p. 56-79. Jan./jun. 2015.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. Et al. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento*. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf> > . Acesso 15 de maio 2016.

CAVALCANTE, M. Juraci Maia. *História Educacional de Portugal. Um ensaio de Crítica Histórica, Discurso, Cronologia e Comparação*. Fortaleza: UFC, 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR- CAPES. Cooperação Internacional. 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional>> . Acesso 07 de agosto de 2016.

COSTA DE PAULA, María de Fátima. Educación superior e inclusión social em América Latina: un estudio comparativo entre Brasil y Argentina. In: _____. Et al. (Org.). *La democratización de la educación*



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

superior en América Latina: límites y posibilidades. Saenz Peña: Universidad tres de Febrero, 2011. P. 35-60.

INEP. Censo de Educação Superior 2013. Brasília. 2014
Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8> .Acesso 12 junho 2016.

LAMARRA, Norberto Fernández . Los sistemas de evaluación y acreditación de la calidad de la educación superior en América Latina: situación, problemas y perspectivas. In: RISTOFF, Dilvo. Et al (Org.). *Modelos Institucionais de Educação Superior*. Brasília: INEP, 2006. P. 19-66

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. Educación superior mundial comparada e internacionalización (Cooperación solidaria o nuevos proveedores con ánimo de lucro?). In: LHER, Roberto. (Org.). *Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas*. Rosario: Clacso, Homo Sapiens, 2010. P. 121-235

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. *Educar*, Curitiba: UFPR. N. 28, p. 107-124, 2006.

_____, Marília Costa. Internacionalização da Educação Superior no Brasil pós-LDB: o impacto das sociedades tecnologicamente avançadas. In: BITTAR, Mariluce. Et al. (Org.). *Educação Superior no Brasil: 10 anos pós LDB. Coleção Inep 70 anos, V. 2*. Brasília: INEP, 2008. P. 285-305.

SANTOS, MILTON. *Por uma outra globalização: do pensamento único a uma consciência universal*. Editora Record. 2011. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf> . Acesso 15 junho 2016.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião. In: RISTOFF, Dilvo. Et al (Org.). *Modelos Institucionais de Educação Superior*. Brasília: INEP, 2006. Pp. 67-91

SOBRINHO, José Dias. Educação superior: democratização, acesso e permanência com qualidade. In: _____. Et al. (Org.). *La democratización de la educación superior en América Latina: límites y posibilidades*. SaenzPeña: Universidadtres de Febrero, 2011. P. 73-91.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. In: _____. *Conferência Mundial sobre Educação Superior*. Paris, 1998.